

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem metrô e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na **Nota 14 – Patrimônio Líquido**.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 11 de março de 2021.

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 21/01/2021, não identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis, bem como da necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação.

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios pós empregos.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Ativos e passivos contingenciais

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

ii. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

IX. Determinação do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

Neste exercício, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e regramento da CVM, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, de forma retrospectiva ao exercício de 2019, para efeito de comparabilidade.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2020	Dez/2019
Caixa	74	73
Conta Única do Tesouro Nacional	68.337	69.623
Valores em Trânsito	7.904	3.462
Aplicações Financeiras	57.791	44.727
	134.106	117.885

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação Criminal contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife, a CBTU considerando os preceitos do CPC-01, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2020	Dez/2019
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	1.780	1.572
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	546	542
Créditos em Liquidação	99.132	99.714
OUTRAS	455	439
	116.781	117.135
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(114.572)	(114.572)
Total	2.209	2.563

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

- a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Até o exercício de 2019 os valores relativos as Penhoras Judiciais eram classificadas no Ativo Circulante, pelo entendimento que na sua forma, seriam valores reversíveis em até 365 dias, seja pela recuperação, em caso de vitória, ou seja pelo pagamento da sentença pela União, em caso de derrota. No caso da CBTU, a maturação dos processos que envolvem penhoras, ultrapassava esse período. Todo o saldo foi reclassificado para o Passivo Não Circulante, de forma aderente em sua essência, ao que preconiza o CPC 26.

Neste exercício, os valores das penhoras para a REFER foram baixados contra o resultado, considerando o seguinte:

- Que o entendimento mudou, a partir da declaração da Advocacia Geral da União – AGU que o mérito era incontroverso;
- Que as tratativas do acordo chancelado pela AGU se dão pelo equacionamento do déficit atuarial e que o acordo não prevê nenhuma compensação pelos valores já pagos.

Em 31 de dezembro de 2020, a situação das Penhoras Judiciais da Empresa pode ser resumida como segue – **valores em R\$ mil:**

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

	Dez/2020				Dez/2019			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	253.371	116.739	5.792	375.902	234.728	109.957	5.481	350.166
Penhoras do Período	33.342	499	80	33.921	43.650	6.782	469	50.901
Recuperação de Penhoras	(40.710)	(5.649)	(1.832)	(48.191)	(25.007)	-	(158)	(25.165)
Reversão de Penhoras REFER	(159.351)	(105.533)	(3.815)	(268.699)	-	-	-	-
Saldo do Exercício	86.652	6.056	225	92.933	253.371	116.739	5.792	375.902

- b) **Depósitos Judiciais** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação.

A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica, tendo como resultado a baixa de R\$ 45.820 mil.

Para 2021 está prevista a contratação de empresa especializada na apuração e levantamento dos Depósitos Judiciais.

Segue composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
126.107	45.631	45.820	125.918

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo não circulante, na rubrica de financiamento interno **Nota 11 – Financiamentos**.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 08 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo – valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (%)	Dez/2020	Dez/2019
Terrenos	-	365.204	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	648.034	644.242
Instalações	2,00 a 3,33	841.737	841.047
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.157.556	1.158.859
Veículos	20	12.158	12.236
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	74.973	70.749
Outras Imobilizações Tangíveis	10	36.983	36.558
Imobilizações em Andamento	-	1.566.467	1.559.059
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	452.317	452.318
		5.155.429	5.140.272
Depreciações Acumuladas		(1.380.390)	(1.292.562)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(1.286.503)	(1.206.192)
Total:		2.488.536	2.641.518

Movimentação do Exercício – valores em R\$ mil:

Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	Ajuste	Saldo em 31/12/2020
2.641.518	20.987	5.441	88.216	80.312	2.488.536

Nesse exercício, foram identificados outros investimentos, não vinculados aos projetos do BIRD, mas de saldos remanescentes das cisões, não transferidos de São Paulo, Salvador e Fortaleza no montante R\$ 84.399 mil. De forma análoga aos investimentos do BIRD, foi constituída provisão ao valor recuperável do saldo de São Paulo de R\$ 80.312 mil e baixados os valores de Salvador e Fortaleza no montante de 4.087 mil por não haver provisão de cisões complementares.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue – valores em R\$ mil:

	<u>Dez/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Sistema de Belo Horizonte	68.111	71.833
Sistema de Recife	139.321	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	651.803	651.803
Sistema de São Paulo	554.388	554.388
Outras Obras	152.844	141.714
Subtotal:	1.566.467	1.559.059
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(1.286.503)	(1.206.192)
Total:	312.774	385.677

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2020 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Das ações de natureza trabalhista, 1.488 foram classificadas como prováveis e 1.302 como possíveis. Das ações de natureza cível, 445 foram classificadas como prováveis e 736 como possíveis. Das ações de natureza tributária, 183 foram classificadas como prováveis e 49 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), isonomia, horas extras, periculosidade e a dívida com a Fundação REFER.

Vale ressaltar que a dívida provável com a Fundação REFER foi estimada em R\$ 2.655.933 mil, além da dívida ainda possível de R\$ 1.867.871 mil, totalizando R\$ 4.523.804 mil.

Os processos ajuizados pela REFER foram resultados de uma redução no percentual das contribuições pactuadas na avaliação atuarial e no plano de custeio do Plano de Benefícios dos Empregados; da não realização do ajuste decorrente da Lei nº 8.020 de 1990; e da não integralização do compromisso assumido quando da transformação do Plano, na modalidade Benefício Definido — BD, para a Contribuição Definida — CD.

Por se tratar de despesas com encargos sociais e contribuições recolhidas para uma entidade previdenciária, a dívida com a Fundação REFER está sendo classificada junto com as demais ações trabalhistas no Grupo de Natureza de Despesa 1 — Pessoal e Encargos.

Foram firmados acordos provisórios para o pagamento parcelado da dívida com a REFER. Para o cumprimento desses acordos no ano de 2021, a CBTU desembolsará mensalmente o valor R\$ 4.300 mil, que totalizará R\$ 51.605 mil.

Para as demais ações trabalhistas que foram classificadas como prováveis, estimasse o pagamento de R\$ 125.329 mil nos próximos 12 meses.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis e, ainda, as condenações por responsabilidade subsidiária e terceirização ilícita.

As ações de natureza tributária se tratam de execuções fiscais e tributárias referentes a impostos, taxas e contribuições.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Para o cumprimento das ações cíveis e tributárias classificadas como prováveis, a estimativa é seja pago em 2021 o valor R\$ 9.802 mil e R\$ 9.737 mil, respectivamente.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

Neste exercício, face a evolução dos controles das contingências por parte da área jurídica da CBTU, foi possível estimar os riscos de curto e longo prazo, que possibilitou a abertura nos passivos circulante e não circulante. Não foi possível a elaboração de forma retrospectiva em relação ao exercício de 2019.

Considerando o descrito na **Nota 23 – Eventos Subsequentes**, esta rubrica sofrerá alterações relevantes no exercício de 2021.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	2.742.734	115.090	195.150	3.052.974
Pagamentos de Sentenças	(184.672)	(52.507)	-	(237.179)
Reversão de Provisão	(2.558.062)	(142.644)	(115.090)	(2.815.796)
Provisão do Exercício	172.785	179.275	61.572	413.632
REFER	-	2.655.933	-	2.655.933
Saldo em 31/12/2020	172.785	2.755.147	141.632	3.069.564

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

POSSÍVEIS	Dez/2020	Dez/2019
Trabalhistas	263.897	123.777
Cíveis	77.494	136.530
REFER	1.867.871	1.466.769
Tributários	8.608	7.762
Total:	2.217.870	1.734.838

Composição do saldo da REFER – valores em R\$ mil:

SALDO EM 31/12/2019	PROVISÃO JUROS REFER	REVERSÕES POR PAGAMENTO	SALDO EM 31/12/2020
2.469.494	280.533	94.094	2.655.933

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos Sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

As parcelas de amortização estão suspensas desde 2015, conforme previsto em contrato, que estabelece o pagamento do total do financiamento em 2024 utilizando os recursos caucionados no Banco do Brasil, consignados no Ativo não Circulante, conforme **Nota 06 – Depósitos Especiais**.

NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.

NOTA 13 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

Permanece ainda o valor de R\$ 8.768 mil referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.645.502.652.145 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Patrimônio Líquido Negativo

Neste exercício, a CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 297.221 mil, devido principalmente as baixas das penhoras da REFER e as baixas dos depósitos judiciais no montante de R\$ 314.519 mil (**Nota 05 – Depósitos Judiciais**) e a provisão ao valor recuperável no ativo imobilizado no montante de R\$ 80.312 mil (**Nota 08 – Imobilizado**).

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

NOTA 15 – RECEITA BRUTA

A variação da receita bruta em 2020 está diretamente relacionada com a pandemia da COVID-19, conforme descrito na **Nota 23 – COVID-19 Impactos**.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – valores em R\$ mil:

	<u>Dez/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	541.035	592.555
Concessionárias	52.428	62.026
Serviços de Terceiros	121.540	117.819
Materiais	16.712	18.706
	<u>731.715</u>	<u>791.106</u>

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

No exercício de 2020 a CBTU deixou de arrecadar R\$ 11.280 mil de gratuidades concedidas, gerando maior necessidade de aporte da União.

A CBTU iniciou estudos para viabilizar o ressarcimento das gratuidades pelos Governos Municipais e Estaduais onde opera.

Composição das Subvenções Recebidas – valores em R\$ mil:

	<u>Dez/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	625.884	663.976
Juros e Encargos de Financiamentos	14.003	10.827
Despesas Decorrentes de Sentenças	267.663	305.583
Custeio	144.212	140.671
Total:	<u>1.051.762</u>	<u>1.121.057</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – valores em R\$ mil:

RECEITAS FINACEIRAS	Dez/2020	Dez/2019
Varição Monetária de Tributos a Recuperar	119	-
Varição Cambial de Depósitos Especiais	73.406	18.982
Juros de Aplicações Financeiras	2.045	1.807
Outras	132	92
TOTAL	75.702	20.881
DESPESAS FINACEIRAS	Dez/2020	Dez/2019
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	280.533	490.234
Varição Cambial e Encargos de Financiamentos	80.460	22.729
Varição Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	227	66.605
Baixa de Tributos a Recuperar	11.254	25.407
Outras	11	38
TOTAL	372.485	605.013
Total	(296.783)	(584.132)

NOTA 19 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	DEZ/2020	VAR %	DEZ/2019
LIQUIDEZ CORRENTE	0,61	1.120,00	0,05
LIQUIDEZ GERAL	0,20	(23,08)	0,26
ENDIVIDAMENTO	109,36	13,72	96,17
SOLVENCIA GERAL	0,91	(12,50)	1,04
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,09)	(325,00)	0,04
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(837,27)	(142,92)	1.950,82

NOTA 20 – PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Segue o demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Hipóteses Atuariais		2019
Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾		4,75% a.a.
Crescimento Real de Salário ^{(1) (2)}		2,00% a.a.
Crescimento Real dos Benefícios do Plano ⁽¹⁾		0,00% a.a.
Crescimento Real do Teto de Contribuição da Previdência Social ⁽¹⁾		0,00% a.a.
Fator de Capacidade para os Salários ⁽³⁾		98%
Fator de Capacidade para os Benefícios do Plano ⁽³⁾		98%
Fator de Capacidade para o Teto de Contribuição do INSS ⁽³⁾		98%
Fator de Capacidade para o Teto de Benefício do INSS ⁽³⁾		98%
Rotatividade ⁽⁴⁾	Determinada em função do tempo de serviço na Patrocinadora: 0,15 / (TS+ 1)	
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83, segregada por sexo	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	
Tábua de Entrada em Invalidez	80% da Zimmermann	
Entrada em Aposentadoria	100% dos Participantes se aposentam na data da 1ª elegibilidade ao benefício	
Percentual de Participantes Casados na Aposentadoria ⁽⁵⁾	90% dos Participantes são casados na Aposentadoria	
Diferença de Idade entre os Cônjuges ⁽⁵⁾	O marido é 4 anos mais velho que a esposa	

(1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.

(3) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para a reposição dessa inflação.

(4) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.

(5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

PARTICIPANTES DO PLANO

2019

ATIVOS	APOSENTADOS	BENEFICIÁRIOS	TOTAL
2.161	1.030	463	3.654

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Em 2019 o plano apresentou déficit técnico de R\$ 477.665 mil e, pelo regramento do CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar, exigiria o plano de equacionamento do déficit. Entretanto, a CBTU e a REFER vêm postergando nos últimos anos a aprovação de tal plano, tendo em vista as tratativas para a composição de acordo judicial para encerrar as 2 ações que a Fundação possui contra a Empresa, detalhadas na **Nota 10 – Provisão pra Contingências**, referente aos Passivos Contingentes. Tal acordo, que já tramitou por todas as instâncias necessárias (AGU, MDR, CBTU, SOF/ME, SEST/ME, PGFN/ME e PPI/ME) e depende hoje apenas de resolução do Conselho de Ministros do PPI (CPPI), equacionaria totalmente o atual déficit atuarial, equilibrando o Plano.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC 05 - divulgação sobre partes relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação. As transações da CBTU no exercício de 2020 e 2019 foram as seguintes:

Composição das Partes Relacionadas – valores em R\$ mil:

PARTE RELACIONADA	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		2020	2019
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.161	122	168
DATAPREV	282	77	75
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	320	1	30
IMPRESNA NACIONAL	281	8	37
PETROBRÁS	6.921	3.452	1.685
PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO		PARTE RELACIONADA	
ANDRE MARINHO DE SOUZA FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
ANDREA MARIA RAMOS LEONEL		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
BERNARDO SOUZA BARBOSA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CBTU	
CLÁUDIO XAVIER SERFELDER FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
JAIME LEONCIO SINGER		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
JOSÉ MARQUES DE LIMA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU	
MANOEL RENATO MACHADO FILHO		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	
WELERSON CAVALIERI		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE	
MARIA DO SOCORRO GADELHA C. DE LIRA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DAS CIDADES	
SILVANI ALVES PEREIRA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DAS CIDADES	
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO		DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU	
RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS		DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CBTU	
SÉRGIO SAMPAIO SESSIM		DIRETOR TÉCNICO - CBTU	
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO		GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA	

O Custo total com remuneração pagos ao Pessoal Chave da Administração foi de R\$ 1.210 mil em 2020 e R\$ 1.064 mil em 2019.

NOTA 22 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2020 a maior e a menor remuneração mensal pagas aos empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$ 53.208,62 e R\$ 1.109,64 respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 25.705,66 e R\$ 22.352,89, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ R\$ 8.443,96 e aos dirigentes foi de R\$ 23.191,08.

NOTA 23 – COVID-19 IMPACTOS

Desde o início da pandemia, a Administração tomou as ações que acompanham e estão alinhadas às diretrizes e orientações emanadas dos órgãos centrais do Governo Federal, que lideram o processo de gestão dessa crise. Recentemente, a empresa expediu orientações de alcance interno, que delimitam a atuação dos gestores e seus empregados, visando a resguardar a saúde individual e coletiva de seus colaboradores, além de manter o funcionamento das atividades, em especial aquelas voltadas às garantias fundamentais à sociedade.

A receita própria foi fortemente impactada, com uma redução de 36% (R\$ 134.316 mil – 2020 / R\$ 210.994 mil – 2019), resultado da redução de 53% no número de passageiros transportados (73.816 mil – 2020 / 157.311 – 2019 mil), sendo que no auge da pandemia, entre abril e maio, esta redução no total de passageiros chegou a 82%. Tal redução só não afetou a operação e administração da empresa devido a CBTU ser uma empresa dependente da União e do atendimento por parte do Tesouro da reversão da fonte de recursos próprios para a fonte de recursos do Tesouro.

A previsão de receita próprias para 2020 quando da elaboração do orçamento, portanto sem considerar a pandemia, foi de R\$ 346 milhões, cujo principal fator para o aumento era a recomposição tarifária.

As projeções para 2021 consideram dois cenários:

1 – Arrecadação de R\$ 174.617 mil, considerando uma recuperação gradual com o avanço da imunização da população;

2 – Arrecadação de R\$ 148.716 mil, considerando o mesmo cenário de 2020.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi aprovado em 06/03/2021 e publicado em 08/03/2021, resolução nº 166 do Conselho de Ministros do PPI – CPPI que autoriza a CBTU contrair obrigação financeira por meio de acordo com a REFER, visando ao término do litígio judicial.

O acordo necessita ser formalizado pela AGU e REFER e homologado em juízo. Os pagamentos se iniciarão até o final do segundo mês subsequente após a homologação.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.

JOSE
MARQUES DE
LIMA:651472
35434

Assinado de forma
digital por JOSE
MARQUES DE
LIMA:65147235434
Dados: 2021.03.17
17:48:29 -03'00'

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

PEDRO AUGUSTO
CUNTO DE ALMEIDA
MACHADO:02865825701

Assinado de forma digital por
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE
ALMEIDA MACHADO:02865825701
Dados: 2021.03.17 13:21:49 -03'00'

PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor de Administração e Finanças

JORGE LUIZ OLIVEIRA
DA SILVA:87726467720

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ OLIVEIRA DA
SILVA:87726467720
Dados: 2021.03.17 12:39:55 -03'00'

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918